



Porto Alegre, 4 de novembro de 2021.

Orientação Técnica IGAM nº 28.129/2021

I. O Poder Legislativo do Município de Itaqui solicita análise e orientações acerca do Projeto de Lei nº 63, de 2021, oriundo do Poder Executivo, que tem como ementa: “Altera a Lei Municipal nº 2.486/99”.

II. Preliminarmente, constata-se que a matéria se encontra prevista nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme dispõem a Constituição Federal¹ e a Lei Orgânica Municipal² quanto à autonomia deste ente federativo para dispor sobre matérias de interesse local.

Da mesma forma, embora, a rigor, os Conselhos não sejam órgãos municipais no sentido estrito da palavra, à semelhança como são secretarias e autarquias, são instâncias de assessoramento do Executivo, portanto, referem-se à organização e funcionamento dos serviços públicos locais, depreendendo-se legítima a iniciativa do Executivo, também nos termos da Lei Orgânica do Município³.

Feitos estes esclarecimentos preliminares, sob o ponto de vista material, observa-se que a presente alteração se refere apenas ao *caput* do art. 1º da Lei nº 2.486, de 27 de julho de 1999, que cria o Conselho Municipal de Habitação, o qual passa a ser deliberativo.

Segundo o Dicionário Online de Português⁴, deliberar significa “Tomar uma

¹ Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;
II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

² Art. 6º Compete ao Município, no exercício de sua autonomia:

(...)
II - decretar suas leis, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;

³ Art. 53 Compete privativamente ao Prefeito:

(...)
f) dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal na forma da lei;
(...)
j) planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais;

⁴ < <https://www.dicio.com.br/deliberar/> > acesso em 04.11.2021.



decisão após pensar, analisar ou refletir; Resolver mediante discussão ou exame; Executar ou organizar discussões sobre um determinado assunto ou circunstância, para decidir o que fazer”.

Ter função deliberativa não tem nenhuma relação com as deliberações que a Câmara de Vereadores toma nas discussões dos projetos de lei, portanto, a rigor, embora se possa acompanhar as votações no Legislativo, não há respaldo legal para os Conselhos “deliberarem” (no sentido de intervir) nas matérias que lhe são correlatas, até porque a Câmara não pode convocar representantes de Conselhos para prestar informações ou esclarecimentos.

Portanto, a deliberação é atividade intrínseca à atuação dos Conselhos. Delibera-se para decidir qual será posição do Conselho sobre determinado assunto e, assim, esse posicionamento seguirá nas relações com o Poder Executivo.

Os Conselhos exercem o chamado “controle social” das políticas públicas, são órgãos de assessoramento ao Poder Executivo, mas esclareça-se que o caráter deliberativo dos Conselhos será a diretriz da política a ser adotada em relação a matéria específica. Nem todos os Conselhos são deliberativos, podendo ser apenas consultivos, casos em que o Executivo escuta mas não está vinculado a seguir a orientação.

III. Diante do exposto, opina-se pela viabilidade do Projeto de Lei nº 63, de 2021, podendo então seguir os demais trâmites do processo legislativo até deliberação de mérito do Plenário desta Câmara Municipal.

O IGAM permanece à disposição.

Roger Araújo Machado
Advogado, OAB/RS 93.173B
Consultor Jurídico do IGAM